Dossier: ética eudêmia

Autor(es): Zillig, Raphael

Publicado por: Annablume Clássica; Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/41598>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/1984-249X_20_3

Accessed : 26-Apr-2023 14:36:39

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

archai ἀρχαί

Revista sobre as origens do pensamento ocidental
Journal on the Origins of Western Thought

20 | may-aug. 2017

DOSSIER: *ÉTICA EUDÊMIA*

DOSSIER: EUDEMIAN ETHICS

ZILLIG, R. (2017). Dossier: *Ética Eudêmia*. *Archai*, n.º 20, may-aug., p. 79-92

DOI: https://doi.org/10.14195/1984-249X_20_3

Este volume insere-se no movimento que há várias décadas tem dirigido a atenção dos intérpretes de Aristóteles para a *Ética Eudêmia* (*EE*). Por influência de Schleiermacher ([1817] 1835) e Spengel (1841), chegou a prevalecer em tempos relativamente recentes a posição de acordo com a qual a *EE* não seria obra genuína de Aristóteles. Assim, ao defender em 1910 a então incomum tese da autenticidade da *EE*, Case observava que, na hipótese mais usual à época, essa obra teria sido escrita “não para, mas por Eudemo” (1910, p.512).

Trabalhos como o de Kapp (1912) fizeram muito para reverter a posição usualmente aceita quanto à

archai

nº 20, may-aug. 2017

autenticidade da obra¹, mas ainda por muito tempo permaneceu dominante a opinião segundo a qual a *EE* seria filosoficamente inferior à *Ética Nicomaqueia* (*EN*). Alguns autores lograram atrair a atenção dos intérpretes para pontos de interesse filosófico na *EE* (como Allan, 1961) e a publicação da tradução comentada de Dirlmeier (1963), bem como a realização do 5º *Symposium Aristotelicum* (1969)², dedicado à *EE*, contribuíram para mostrar a relevância filosófica da obra como um todo. No entanto, ainda em 1980 Irwin constatava que “a maioria dos filósofos, incluindo aqueles seriamente interessados na teoria moral de Aristóteles, provavelmente falam da ‘ética de Aristóteles’ quando têm em mente a *Ética Nicomaqueia*” (1980, p.338).

Foi principalmente a partir da publicação de *The Aristotelian Ethics* (1978), de Anthony Kenny, que se tornou impossível ignorar a *EE* no âmbito dos estudos da ética aristotélica. Kenny não apenas procurou mostrar que a *EE* é uma obra autêntica de Aristóteles, mas, sobretudo, que se trata de um trabalho maduro, que não é inferior à *EN* do ponto de vista filosófico³.

Para além dos inúmeros estudos que foram dedicados à *EE* desde a publicação de *The Aristotelian Ethics*, provavelmente o maior testemunho da importância que a obra ganhou aos olhos dos intérpretes como texto de interesse filosófico genuíno esteja na proliferação recente de suas traduções. Em língua inglesa, por exemplo, até recentemente dispunha-se apenas de traduções antigas (Solomon, 1925 e Rackham, 1935) e da tradução de Woods ([1982] 1992), que contém somente os livros I, II e VIII. Nenhuma delas (e o mesmo é provavelmente verdadeiro de *qualquer* tradução publicada antes de 2011) inclui os chamados “livros

comuns”, que nos foram transmitidos como sendo pertencentes tanto à *EN*, como à *EE* (trata-se de *EN* V = *EE* IV; *EN* VI = *EE* V; *EN* VII = *EE* VI). A publicação das traduções de Kenny (2011), Inwood e Woolf (2013) e Simpson (2013), *todas* contendo os livros comuns, mostra que a *EE* passou a ser vista como “um tratamento completo da felicidade e do bem humano” que “merece ser lido e, de fato, estudado com o mesmo cuidado e atenção que nós rotineiramente devotamos à *Ética Nicomaqueia* (Inwood / Woolf, 2013, p. viii). É visível, com isso, que deixou de ser consenso a opinião segundo a qual a *EE* seria um rascunho rudimentar da madura *Ética Nicomaqueia* (Case, 1910, p.512).

Nos últimos anos, diversos seminários, colóquios e grupos de pesquisa têm sido dedicados à *EE* no Brasil. Os trabalhos aqui reunidos, os quais passo agora a apresentar, expõem alguns dos resultados desse esforço coletivo.

Os dois primeiros artigos do volume envolvem-se, de um modo ou de outro, com uma situação atinente ao estado atual dos manuscritos da *EE*. O interesse historicamente restrito dos leitores de Aristóteles em relação à *EE* afetou a transmissão desse trabalho. Do interesse limitado, resultou um número relativamente baixo de cópias manuscritas que nos foram transmitidas (Harlfinger, 1971, p.24). Como efeito disso, tem-se a ocorrência de diversos trechos de caráter problemático ou duvidoso no texto atual da *EE*. As dúvidas quanto à autenticidade de um trecho ou passagem devem-se, muitas vezes, não apenas a razões filológicas, mas também a questões doutrinárias ou argumentativas. Nessa perspectiva, *El Diagrama de Vicios Morales en Ética Eudemia II* 3, de **Javier Echeñique**,

archai

nº 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, ‘Dossier: *Ética Eudêmia*’, p. 79-92

primeiro trabalho deste volume, dedica-se ao exame do quadro expositivo das disposições da alma contido em *EE* II 3. Nos manuscritos que nos foram transmitidos, o quadro comporta três colunas: as duas primeiras contêm, respectivamente, os vícios por excesso e falta, ao passo que a terceira apresenta as virtudes. Em seu trabalho, Echeñique sustenta que a terceira coluna é espúria, correspondendo à adição indevida de um editor (motivado, provavelmente, pela leitura de *EN* II 7). O ponto que, em linhas gerais, já foi sustentado por outros autores, é aqui defendido a partir de uma tese acerca do papel metodológico do diagrama. De acordo com Echeñique, para responder adequadamente a pergunta “que tipo de estado intermediário é a virtude de caráter e a que tipo de pontos médios ela diz respeito?” seria de se esperar que Aristóteles tomasse apoio em um diagrama contendo apenas as duas classes de vícios (a saber, os vícios por excesso e os vícios por deficiência).

O segundo trabalho deste volume, *EE* II 2 1220a39-b6, de **Paulo Ferreira**, ocupa-se também de uma situação gerada pelo estado dos manuscritos que chegaram a nós. Ferreira, no entanto, não está empenhado em propor emendas, mas em livrar o texto referido no título de seu trabalho das emendas desnecessárias que lhe foram impostas. Com efeito, o estado atual dos manuscritos da *EE* tornou o estabelecimento do texto tão complicado que resultou na proliferação de emendas em um nível indesejado. Para as sete linhas Bekker do trecho examinado no trabalho, o aparato crítico da edição de Walzer e Mingay contém dez linhas com o registro de emendas que foram propostas por diversos editores. Diante desse quadro, Ferreira

procura mostrar que o texto é perfeitamente compreensível sem que se adote *qualquer* emenda.

Dentre as discussões geradas a partir do florescimento dos estudos voltados à *EE* nas últimas décadas, muitas dizem respeito à perspectiva metodológica associada à ética naquela obra. Com efeito, questões acerca da concepção eudêmia dos pontos de partida adequados à investigação ética, bem como dos procedimentos que devem estabelecer seus resultados surgem naturalmente quando o leitor afeito ao tratamento nicomaqueio de tais assuntos passa a dedicar-se à *EE*. Mesmo em uma primeira leitura é impossível não notar discrepâncias em relação à *EN*. O tratado eudêmio não contém, por exemplo, as observações sobre a relativa ausência de *akribeia* (“exatidão”) que, em função da natureza de seu objeto, deveria caracterizar a investigação ética segundo a *EN*. Tampouco é explícita na *EE* a importância que a *EN* confere à experiência que o próprio pesquisador deve ter acerca dos assuntos práticos para que a investigação tenha sucesso. Ainda que características como essas não sejam suficientes para demonstrar a existência de uma diferença profunda entre as duas obras no que diz respeito ao método, elas certamente bastam para atrair a atenção dos intérpretes sobre o assunto.

A esse respeito, a discussão foi em grande medida pautada por *Quasi-mathematical method in the Eudemian Ethics* (1961), trabalho em que D. J. Allan defendia a posição segundo a qual a argumentação dos livros iniciais da *EE* estrutura-se de modo semelhante ao que se encontra nos tratados matemáticos da antiguidade⁴. Essa posição torna a *EE* exótica em relação à concepção que foi predominante no século xx

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, ‘Dossier: *Ética Eudêmia*’, p. 79-92

desde Burnet, para quem a “A Ética é e, pela natureza do caso, deve ser um trabalho dialético e não demonstrativo” (1900, p.xvii).

Na esteira do artigo de Allan, surgiram trabalhos parcial ou integralmente dedicados ao exame da questão. Em alguns, a *EE* é decididamente retirada do alcance da posição tradicional que toma a dialética como método próprio da ética. Rowe, por exemplo, baseia em uma posição acerca da concepção eudêmia da racionalidade prática (a *phronêsis*) a tese segundo a qual “não há distinção radical entre a ética e as ciências teóricas na *EE*” (1971, p.70). A questão, no entanto, não está encerrada. Se alguns autores recentes buscam aproximar o método da *EE* ao das ciências empíricas (Karbowski, 2015a; Devereux, 2015), há outros que tomam a *EE* como tratado mais marcadamente dialético do que a *EN* (Zingano, 2007)⁵.

Quatro dos textos aqui publicados inserem-se na discussão atual sobre o método da ética na *EE*. Em *A respeito do caráter matemático – ou não – do método da Ética Eudêmia*, **Fernando Gazoni** retoma as duas pontas do debate, introduzindo-se na discussão que Karbowski (2015c) travou com o texto seminal de Allan. O autor examina a discussão sobre o vocabulário empregado por Aristóteles na estruturação da argumentação em *EE* II 1 e conclui com Karbowski que não há razão para, em função do uso do vocabulário, atribuir características matemáticas (ou “quase-matemáticas”) ao método ali empregado. As razões que levam Gazoni a essa conclusão, no entanto, não são as mesmas de Karbowski. A boa compreensão do vocabulário, argumenta Gazoni, pode ser encontrada na base de seu

uso comum entre os autores dos séculos IV e V A.C. De fato, esse uso comporta nuances que são exploradas nos tratados matemáticos, mas que não são exclusivas desse contexto. Ao fim de seu trabalho, Gazoni discute um ponto que, a seu ver, não é bem explicado nem por Allan nem por Karbowski, a saber, as peculiaridades da passagem do tratamento que a *eudaimonia* recebe ao final do livro I para o tratamento que o tema recebe no início de *EE* II.

Também inserido no debate metodológico, o trabalho *Does Aristotle have a dialectical attitude in EE I 6? A negative answer*, de **Fernando Mendonça** procura mostrar que, diferentemente do que sustentam interpretações influentes, o método apresentado em *EE* I 6 *não é* de natureza dialética. Seu objetivo é atacar em particular a ideia segundo a qual o método apresentado naquele capítulo corresponde a uma concepção do chamado método dialético que está fortemente baseada em uma leitura de *EN* VII 1, 1145b2-7 e de *Tópicos* I 1 e 2. De acordo com a interpretação recusada, o método de *EE* I 6 teria exclusivamente *endoxa* como ponto de partida e procederia por meio da identificação de inconsistências que seriam solucionadas por análise conceitual. Mendonça sustenta que nenhuma dessas características pode ser atribuída ao método de *EE* I 6, que faz uso de evidências empíricas para fornecer propriedades capazes de delimitar o objeto de estudo. Com isso, estaria dado o *explanandum* da pesquisa que se desenvolve nos capítulos seguintes, para o qual caberia, então, encontrar as causas apropriadas.

Em *Explanation and method in Eudemian Ethics I.6*, **Lucas Angioni** dedica-se também ao principal texto metodológico eudêmico, *EE* I 6. Recusando, assim

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, 'Dossier: *Ética Eudêmia*', p. 79-92

como Mendonça, as interpretações que aproximam esse texto do chamado método dialético, Angioni aproxima-o dos *Segundos Analíticos*. De acordo com a sua leitura, o foco do capítulo consiste em insistir na necessidade de explicações apropriadas para fatos (ou o que quer que seja análogo a fatos) de natureza prática. Em torno dessa ideia, Angioni desenvolve uma opção interpretativa que coloca em questão o papel tradicionalmente atribuído a diversas noções importantes para a compreensão do texto (argumento, *phainomena*, convicção, por exemplo), assim como o sentido ou escopo de termos e expressões gregas fundamentais (*deiknumi*; *oikeion ti*; *saphêneia*).

O trabalho *O que é “verdadeiro, mas não esclarecedor”* segundo a *Ética Eudêmia*, minha própria contribuição ao volume, explora um aspecto do mesmo texto que é discutido por Mendonça e Angioni. Em *EE* I 6, Aristóteles descreve o progresso da investigação ética como uma passagem do que é verdadeiro, mas não esclarecedor (ou “claro”, conforme as traduções mais usuais) para o que é verdadeiro e esclarecedor. A compreensão da expressão destacada no título do artigo, portanto, é fundamental para a interpretação do método da ética segundo a *EE*. Procuro mostrar que a expressão tem sido incorretamente associada a uma apreensão confusa e obscura do objeto de investigação. Argumento que a boa interpretação da expressão deve associá-la antes à noção de *indistinção*, propriedade que marca uma etapa A da investigação em relação à etapa subsequente B e que explica por que A é insuficientemente esclarecedora em relação ao que se pretende compreender em B.

O penúltimo trabalho deste volume aborda um tema clássico dos estudos aristotélicos a partir do modo como é tratado na *EE*. Em *A doutrina da Justa Medida na Ética Eudêmia*, **Inara Zanuzzi** discute a teoria da Justa Medida, tal como desenvolvida nos livros II e III da *Ética Eudêmia*. Com base em tais textos, a autora busca mostrar de que modo é possível caracterizar erros e acertos de natureza moral nos termos de um contínuo. A interpretação desenvolvida procura integrar a tese segundo a qual o contínuo relevante é derivado das emoções envolvidas na ação e a tese segundo a qual o valor moral da ação está baseado no tipo de resposta que a mesma apresenta às circunstâncias na qual ocorre.

No último trabalho do volume, **André Luiz Cruz Sousa** apresenta uma interpretação original para o modo como Aristóteles delimita a *eudaimonia* em *EE* I 7. O argumento apresentado em *A busca do bem distintivo do homem* – *Ethica Eudemia 1217a18-40* explora os elementos teológicos contidos no tratado. De acordo com Sousa, *EE* I 7 fornece subsídios para que se atribua à *Ética Eudêmia* a tese segundo a qual não apenas a contemplação, mas também a ação virtuosa expressa o caráter divino da natureza humana.

Independentemente da perspectiva adotada, os trabalhos aqui reunidos contribuem para a compreensão da *EE* e do reconhecimento de sua importância filosófica. Com isso, os textos do presente volume dão novo testemunho da riqueza da ética aristotélica.

NOTAS

1 Rowe (1971, p.9-14) apresenta uma concisa e muito informativa reconstrução da discussão que culminou com o predomínio

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, 'Dossier: *Ética Eudêmia*', p. 79-92

da tese da autenticidade da *EE*. Atualmente, são raros os que, como Pakaluk (1998, em especial, p.429-432), dispõem-se a defender a posição contrária (para uma resposta aos argumentos de Pakaluk, ver Buddensiek, 1999, p.30-36).

2 As respectivas Atas encontram-se publicadas em edição organizada por Moraux e Harlfinger (1971).

3 Frequentemente atribui-se a Kenny a posição mais forte, de acordo com a qual seu objetivo na obra de 1978 seria “mostrar que a *EE*, incluindo os LC [Livros comuns], é **tanto posterior como melhor** do que a *EN*” (Irwin, 1980, p.339, grifo meu). O próprio Kenny desautorizou essa descrição, afirmando que seu objetivo fundamental fora apenas o de combater o “dogma” segundo o qual a *EN* seria posterior e superior à *EE*, evitando de assumir qualquer posição positiva a respeito dessas questões (1992, p.114). Cooper, no entanto, está provavelmente correto ao afirmar que, a despeito de suas “conclusões oficiais relativamente agnósticas”, muito do que há em *The Aristotelian Ethics* sugere que Kenny, “de fato, acredita que a *Ética Eudêmia* é o último e o melhor tratado ético que Aristóteles escreveu e que a *Nicomacheia* deveria ser lida como sendo anterior, menos polida, mais tentativa e filosoficamente mais imatura [do que a *EE*]” (1981, p.381).

4 Cabe ressaltar que Allan não pretendia, com isso, atribuir à *EE* o objetivo de obter precisão matemática nos assuntos éticos.

5 A reconstrução do debate, evidentemente, depende da compreensão que se tenha da natureza da dialética – questão que se tornou consideravelmente controversa nas últimas décadas. Devereux (2015), por exemplo, associa o método adotado na *EE* à passagem metodológica de *EN* VII 1, mas, ao contrário da maioria dos intérpretes, recusa a associação dessa passagem à dialética. Além disso, a concepção de qual seja o método adotado na *EN* tem sido, também, objeto de intenso debate (ver, por exemplo, Zingano, 2007; Salmieri, 2009; Natali, 2007; 2010; Karbowski, 2015b).

BIBLIOGRAFIA

ALLAN, D. J. (1961). Quasi-mathematical method in the *Eudemian Ethics*. In: MANSION, S. (ed.). *Aristote*

et *Les Problèmes de Méthode*. Louvain. Éditions de L'Institut Supérieur de Philosophie, p.303-3018.

BUDDENSIEK, F. (1999). *Die Theorie des Glücks in Aristoteles' Eudemischer Ethik*. Göttingen. Vandenhoeck & Ruprecht. <https://doi.org/10.13109/9783666252228>

BURNET, J. (1900). *The ethics of Aristotle*. London, Methuen.

CASE, T. (1910). Aristotle. In *Encyclopaedia Britannica*. 11^{ed}. New York, The Encyclopaedia Britannica Company, p.501-522.

COOPER, J. (1981). *The aristotelian ethics* by Anthony Kenny. *Nous*, v. 15, n.3, p. 381-392. <https://doi.org/10.2307/2215440>

DEVEREUX, D. (2015). Scientific and ethical methods in Aristotle's *Eudemian* and *Nicomachean Ethics*. In: HENRY, D.; NIELSEN, K. M. *Bridging the gap between Aristotle's science and ethics*. Cambridge, Cambridge U.P. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511846397.008>

DIRLMEIER, F. [1963] (1984). Aristoteles. *Eudemische Ethik*. Berlin, Akademie Verlag. <https://doi.org/10.1524/9783050048741>

HARLFINGER, D. (1971). Die Überlieferungsgeschichte der Eudemischen Ethik. In MORAUX, P.; HARLFINGER, D. *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlin, De Gruyter, p.1-50. <https://doi.org/10.1515/9783110853872.1>

INWOOD, B.; WOOLF, R. (2013). Aristotle. *Eudemian Ethics*. Cambridge. Cambridge U. P.

archai

n° 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, 'Dossier: *Ética Eudèmia*', p. 79-92

IRWIN, T. (1980). *The aristotelian ethics* by Anthony Kenny; *Aristotle's theory of the will* by Anthony Kenny. *The Journal of Philosophy*, v. 77, n.6, p.338-354.

KAPP, E. (1912). *Das Verhältnis der eudemischen zur nikomachischen Ethik*. Berlin, Gustav Schade.

KARBOWSKI, J. (2015a). *Phainomena* as witnesses and examples: the methodology of *Eudemian Ethics I* 6. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, v.49, p.193-226.

_____. (2015b). *Endoxa*, facts, and the starting points of the *Nicomachean Ethics*. In HENRY, D.; NIELSEN, K. M. (eds.). *Bridging the gap between Aristotle's science and ethics*. Cambridge. Cambridge U.P., p.113-129. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511846397.007>

_____. (2015c). Is Aristotle's *Eudemian Ethics* Quasi-Mathematical? *Apeiron*, vol. 48, n.3, p.368-386.

KENNY, A. (1978). *The aristotelian ethics*. Oxford, Clarendon. <https://doi.org/10.1093/acprof:so/9780198245544.001.0001>

_____. (1992). *Aristotle on the perfect life*. Oxford, OUP.

_____. (2011). Aristotle. *The Eudemian Ethics*. Oxford, Oxford U. P.

MORAU, P.; HARLFINGER, D. (1971). *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlin, De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110853872>

NATALI, C. (2007). Rhetorical and scientific aspects of *Nicomachean Ethics*. *Phronesis* 52, p. 364-381. <https://doi.org/10.1163/156852807X229258>

_____. (2010). *Posterior Analytics* and the definition of happiness in *NE I. Phronesis* 55, p. 304-324. <https://doi.org/10.1163/156852810X523905>

PAKALUK, M. (1998). The egalitarianism of the *Eudemian Ethics*. *Classical Quarterly* 48 (ii), p.411-432. <https://doi.org/10.1093/cq/48.2.411>

RACKHAM, H. (1935). Aristotle. *The Eudemian Ethics*. London. Heinemann.

ROWE, C. J. (1971). *The Eudemian and Nicomachean Ethics: a study in the development of Aristotle's thought*. Proceeding of the Cambridge Philological Society, Supplement 3.

SALMIERI, G. (2009). Aristotle's Non-‘Dialectical’ Methodology in the *Nicomachean Ethics*. *Ancient Philosophy*, vol. 29, p. 311-335. <https://doi.org/10.5840/ancientphil200929228>

SCHLEIERMACHER, F. [1817] (1835). Über die ethischen Werke des Aristoteles. In: SCHLEIERMACHER, F. *Sämtliche Werke*, III 3. Berlin, Reimer, 1835.

SIMPSON, P. (2013). *The Eudemian Ethics of Aristotle*. New Brunswick, Transaction.

SOLOMON, J. (1925). *Ethica Eudemia*. In: ROSS, D. *The works of Aristotle*, V. IX, Oxford. Clarendon.

SPENGEL, L. (1841). *Über die unter dem Namen de Aristoteles erhaltenen ethischen Schriften*. München.

WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. (1991) (eds.). *Aristotelis. Ethica Eudemia*. Oxford, Clarendon.

archai

n° 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, ‘Dossier: *Ética Eudèmia*’, p. 79-92

WOODS, M. [1982] (1992). Aristotle. *Eudemian Ethics, Books I, II and VIII*. Oxford, Oxford University Press.

ZINGANO, M. (2007). Aristotle and the problems of method in ethics. *Oxford Studies in Ancient Philosophy* v. 32, p.297-330.

archai

n° 20, may-aug. 2017

Raphael Zillig, 'Dossier: *Ética Eudèmia*',
p. 79-92